

INCODEF – INSTITUTO COSTA OESTE PARA O DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO DO
FUTSAL ATRAVÉS DO LAZER, CULTURA, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

CNPJ. 17.796.132/0001-74
Rua Pará, 1674 - Centro - CEP 85.884-000 - Medianeira - Paraná

RELATÓRIO DE GESTÃO FINANCEIRA 2023

O INCODEF é uma entidade desportiva sem fins lucrativos, que tem por finalidade a inclusão social de crianças, adolescentes e adultos por intermédio do esporte. Para fomentar essa atividade, desenvolve projetos esportivos por intermédio de patrocínio de empresários locais, doações e promoções, beneficiando aproximadamente 200 atletas de forma direta e centenas de pessoas de forma indireta.

O presente Relatório tem como objetivo apresentar a prestação de contas de forma clara. Dividimos em duas partes: Receitas e Despesas. Nele também constam considerações finais da INCODEF.

RECEITAS

A receita principal do Instituto é oriunda de patrocínios, doações das empresas locais e rendimento de aplicação financeira:

Receita de serviços de assistência social	R\$ 395.156,42
Promoções e festas	R\$ 5.218,00
Outras Receitas (Patrocínios, doações, mensalidades)	R\$ 813.834,43
TOTAL GERAL	R\$ 1.214.208,85

DESPESAS

O INCODEF teve suas principais despesas em 2023 pagas com recursos de patrocinadores e doações locais com as seguintes despesas:

Despesas com pessoal	R\$ 9.216,82
Despesas Gerais	R\$ 239.251,50
Despesas com Esportes	R\$ 787.358,73
Despesas Financeiras	R\$ 6.943,67
Despesas com Recreação	R\$ 13.780,28
TOTAL GERAL	R\$ 1.056.551,00

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O INCODEF, como a maioria das Associações Esportivas, possui suas limitações financeiras, sendo essa a maior dificuldade existente. Para que possamos dar á os atletas e funcionários uma estrutura com qualidade técnica e administrativa, estamos desenvolvendo os projetos incentivados do Governo Federal, que se tornará mais uma fonte de recursos.

A prestação de contas dos recursos utilizados pela INCODEF é apreciada e aprovada pela Assembleia Geral de sócios tendo todas as prestações de contas até o presente momento aprovadas sem ressalvas e, passará a ser fiscalizada pelo Ministério da Cidadania – Secretaria Nacional de Esportes e pelo Tribunal de Contas da União.